

Refletindo transvestigeneridades negres-natives no cis-tema patriarcal capitalista supremacista branco imperialista¹

ewa niara

Mestranda em Antropologia Social
Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro
(PPGAS/MN/UFRJ)

Palavras-chave: Transvestigeneridades. Racialidades. Genocídio.

1 INTRODUÇÃO

Mate em você

Macho, branco, senhor de engenho, colonizador, capataz

Que pensa estar sempre à frente

Mas vive para trás

[Linn da Quebrada]

Os escritos a seguir estão em posição de diálogo e crítica às teorias e conceitos sobre as relações entre marginalização dentro das estratificações sociais de raça, gênero e classe, e pretendem investigar dimensões simbólicas de identidade, performance e política, debatendo transvestigeneridades, negritudes e natividades dentro do cis-tema, que se articula enquanto patriarcal, capitalista, supremacista, branco, imperialista, da forma que bell hooks (2000) articula enquanto sistema político-social. Noto aqui a influência do capitalismo enquanto mundial e integrado, como definido por Guattari (1985), em uma atualidade da era farmacopornográfica², como teorizado por Paul Preciado (2013). Subsequentemente, apontando formas que a colonialidade projeta

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² O regime capitalista pós-industrial pode ser chamado de farmacopornográfico. Neste regime, a ciência e tecnologias de mutação corporal mostram autoritarismo sobre a psique, a libido, o masculino, o feminino, a homossexualidade, a heterossexualidade, a transexualidade (PRECIADO, 2013).

essas categorias enquanto passíveis do extermínio, especialmente pela articulação da burocracia, partindo amplamente de metodologias qualitativas. O trabalho a seguir também apresenta percepções acerca da operacionalização da burocracia enquanto arma do genocídio de populações marginalizadas socialmente.

As tecnologias criadas dentro das estratificações de gênero, raça e classe são ficções políticas encarnadas, que tomam uma posição de naturalidade através de dispositivos de controle do conhecimento e narrativa. Tais tecnologias são perpetuadas por diferentes aparatos de regulação engendrados em nossas culturas, bem como ensinada diariamente pelas mídias que nos cercam. O desenvolvimento capitalista e o avanço tecnológico exponencial trazem mudanças rápidas, cada uma com suas implementações como também suas profundas falhas éticas, que impactam diretamente na nossa forma de nos entendermos enquanto pessoas. Assim, com o passar dos anos vamos transicionando cada segundo mais de seres reais — de matéria e espírito — para seres virtuais, com definições e atributos ainda em questionamento.

A pesquisa é principalmente de abordagem qualitativa, se atendo na relevância da análise bibliográfica. Metodologicamente, o trabalho se dá pela fundamentação teórica e discussão com autores. Estabelecendo os conceitos já existentes academicamente em relação ao recorte temático a fim de propor um embasamento conceitual de profundidade histórica necessário para se tratar temáticas que vêm sendo debatidas há décadas, tanto academicamente quanto socialmente, relacionando com momentos mais atuais (LIMA; MIOTO, 2007). Ainda se nota uma lacuna tratando a relação entre transvestigeneridades, negritudes e natividades partindo de pensadores que fazem parte dessas interseccionalidades, o que coloca em evidência um histórico de violência e marginalização. Sugiro então que este trabalho venha *encorpar* uma epistemologia travesti preta, pois urge *transnegrecer* o meio acadêmico.

2 A MANUFATURA DAS CATEGORIAS E FICÇÕES DE RAÇA E GÊNERO

*Tremam todos os habitantes da terra
Pois o dia dá trava está por vir
É dia de trevas e de escuridão
Dia de mistério e de negridão
O fogo devora, arde uma chama
O céu estremece e as trava proclama*

*Restituição, da condição de besta
A qual me foi atribuída, aqui estou
Como intercessora, com os joelhos feridos
[Ventura Profana & podenserdesligado]*

Em reconhecimento da existência da minha subjetividade estar inscrita em espaços de margem como os abordados por bell hooks (1990), dialogo com teorias de raça, gênero e classe. Da perspectiva racial, Kabengele Munanga (2004) nos escreve que a raça é um conceito inexistente na biologia e que se inscrevem enquanto categorias mentais que afetam o contexto sociocultural. Consequentemente apontando o racismo como ideologia que prevê uma relação de poder e hierarquização entre as diferentes raças, uma realidade social de dominação e exclusão baseado em uma falsa narrativa de subcategorias entre a raça humana, já que não se tem dados que justifiquem cientificamente a divisão da espécie baseado em aspectos físicos como a quantidade de melanina presente na pele. É racista a pessoa e/ou situação que faz essa distinção para além dos efeitos que a categoria de raça costura no tecido social.

Desenvolve-se então um padrão ideológico e estético racista que tem como pivô imagético a hegemonia da branquitude europeia ocidental, definindo características fenotípicas específicas para se atingir a beleza. Tal estética opera em profunda antinegitude na defesa da supremacia branca, o que para hooks (2015), convence subjetividades negras de que nossas vidas não são complexas, muito menos dignas de reflexão e análise crítica. Alastrando-se para as imagens, criando signos enviesados e destrutivos, com um *design* impetuoso focado em supressão e controle social. Ao sair das prensas, esse plano é ensinado e comercializado incessantemente, penetrando o imaginário popular com referenciais imagéticos de antinegitude, formando correlações diretas entre a institucionalização de representações negativas de pessoas negras nas mídias de massa com a perpetuação da supremacia branca patriarcal cisgênero.

Tanto bell hooks (2015) quanto Frantz Fanon (2008) clamam que corpos negros passem por processos de subjetivação e libertação do *self* colonizado, deixando claro que a melanina em nossas peles não seja sentida em agonia, mas em contestação. Isso vem com o dismantelamento da ordem e as ferramentas de dominação usadas, como o controle da informação; a centralização de poder; ideologias de miséria; enriquecimento financeiro como recompensa da manutenção da normalidade; condecoração de raptos genocidas; dentre milhares de outros aparatos e extensões de perseguição. Registrando,

resgatando e transformando os fenômenos das nossas existências em novas produções de imagem, conhecimento, identidade e resistência política.

Fanon (2008) ainda nomeia a autoria e aponta a culpabilidade para a civilização branca europeia que incutiu nas subjetividades negras um desvio existencial, se não vários. Ainda que rígido em aplicações, o padrão é adaptativo aos seus redores para melhor servir os interesses locais específicos, mas nunca abdicando dos valores base que tornam a centralização de poder possível. Assim, noções de beleza derivativas vão surgindo e podemos ver o surgimento de novas ferramentas coloniais de dominação, muitas vezes disfarçadas de “representatividade”. Permite-se traços de negritude em doses homeopáticas, que continuem em subserviência e não ameacem a branquitude. Se entender enquanto vivente de uma das experiências negras inseridas nesse projeto pálido se faz uma jornada espiritual e traz à superfície confrontos com sua própria ontologia, entretanto decolonizar é necessário. As fraturas do cis-tema são diretamente estendidas sobre os corpos trans e explicitamente racializados, tais quais os negros e nativos,

Sabendo das (ir)racionalidades do racismo ou mesmo do dispositivo da sexualidade, podemos entender outros dispositivos de controle amplamente difundido, que é o dimorfismo sexual das espécies, que valida os corpos tidos como de macho e fêmea, atrelando-os às ficções políticas de manutenção da ordem. Através da criação de narrativas biológicas e médicas, as instituições de poder utilizam o gênero como ferramenta de controle social. A partir disso, cada sociedade virá com seu conjunto de regras, normas e códigos sociais para manter o binarismo de gênero operando. Dispositivos de controle baseados em binarismos de raça e gênero continuam sendo de suma importância para manutenção do regime capitalista, que no período pós-industrial atinge sua era farmacopornográfica. Dentro deste contexto, enquanto humanos, giramos em torno de remédios, próteses, sexo e sexualidade (PRECIADO, 2013).

No que diz respeito às investigações de gênero, encontramos concepções e debates, no que diz respeito à sociedade, — tanto na definição de limitação territorial como na definição simbólica de Simmel (2006) colocada como produto das interações entre os indivíduos, motivados por seus sentimentos e desejos — os significados de gênero podem ser explicados de forma simplista como uma dicotomia determinista, na qual o gênero pressuposto é esculpido em corpos a partir das suas diferenças anatômicas, e então, tais corpos se tornam moldes inertes da cultura vigente (BUTLER, 2003). Representações de gênero do ser homem e ser mulher variam de cultura para

cultura e são expressas socialmente a partir de uma construção cultural e histórica. Tais representações guardam dentro de si signos de masculinidade e feminilidade. As relações de gênero são correspondências sociais entre os sexos, das quais partem as diferentes identidades e papéis sexuais (MOTA, 1995).

É comum dentro da nossa sociedade contemporânea percebermos o gênero como uma categorização de lógica binária, na qual existem dois gêneros pressupostos que se contrapõem: masculino e feminino. O gênero de cada pessoa é designado no momento do seu nascimento, e é definido a partir da sua genitália. Sendo assim, ele acaba sendo assinalado apenas como homem ou mulher, e de cada uma dessas categorias, é esperado um posicionamento comportamental dentro do contexto social. Para Butler (2003), essa lógica se apresenta de forma altamente determinista e trata os estereótipos atrelados a cada gênero como leis culturais inerentes aos gêneros. Esse padrão é o bastião principal que norteia as leis, determinando desde tamanho do *smartphone* em nossas mãos (PEREZ, 2019) à ordem social; influenciando narrativas e ficções políticas que automatizam as decisões de necropolítica que o Estado toma.

Butler (2003) argumenta o gênero e as identidades como performativas e formadas a partir de repetições de costumes e padrões sociais, também expresso como performance, que transita e pode ser imposto a qualquer corpo. A autora carrega o gênero enquanto categoria mutável, recusando uma situação estável dessa identidade. Ainda que exista uma repetição cultural intensa de determinadas performances de gênero, cada sujeito é capaz de burlar essas normas de performance a fim de construir sua identidade enquanto social, e principalmente, de gênero.

A identidade de gênero, na visão de Stoller (1994), se apresenta como um aglomerado de concepções a respeito do que se considera socialmente a respeito do ser masculino ou feminino. Este conjunto é formado de berço e parte das primeiras percepções do bebê. A partir do assinalamento do sexo do bebê por meio de sua genitália, espera-se que tenha comportamentos socialmente adequados a ele. Mesmo que o órgão genital seja determinante de sexo no momento do nascimento, ele não é o fator dominante na construção da sexualidade humana e é menos importante ainda no contexto psicológico da formação da identidade de gênero.

Mesmo que pessoas pretas, nativas e transvestigeneridades já existissem plenamente mundo afora em diferentes sociedades antes da dominação da mitologia judaico-cristã, na atualidade ainda se enfrenta uma grande resistência social em relação às dissidências do modelo branco cisheternormativo dominante. Entendendo que os

próprios sistemas de classificação de raça e gênero são categorias da colonialidade, que seguem perspectivas ocidentais eurocêtricas quase que exclusivamente dicotômicas. Assim, a presença de outros sexos além do masculino e feminino pode ser observada em várias culturas mundo afora, a exemplo das *Muxhe* no México, as *Māhū* no Havaí, as *Fa'afafine* na Samoa e as *Hijras* na Índia. Existem registros destas últimas que datam da antiguidade, há mais de 4000 anos. Nestes contextos culturais, são grupos de pessoas que costumam ter funções sociais tidas como importantes, trabalhando principalmente nos âmbitos religiosos.

Fica evidente que o que há é uma política de extermínio do que é considerado dissidência que opera firmemente dentro da colonialidade do ser, do saber, do poder e do gênero. Então, podemos criticar amplamente os modelos jurídicos e narrativas biomédicas de legitimações e/ou deslegitimações de corpos³ dissidentes, e que não deveria ser cancelado aos profissionais destes campos determinarem a validade da subjetividade transracionalizada. Isto se torna ainda mais compreensível quando estas áreas de conhecimento e práxis são cooptadas pelo Estado para a criação e regulação de corpos matáveis, através de (necro)políticas públicas.

Falar destes projetos de morte, também se relaciona com a fundação e manutenção das metrópoles enquanto espaços de aglutinação e controle. A hipermodernidade não nos libertou de ideologias coloniais e capitalistas de ordem social, prontamente, o biocapitalismo farmacopornográfico não produz coisas, e sim ideias variáveis, símbolos, desejos, reações químicas e condições de alma. O modelo de negócio desse capitalismo é a invenção de um sujeito (tipos ideais de corpos e mentes), e em seguida, sua reprodução global em larga escala (PRECIADO, 2013).

2.2 O processo civilizatório e a articulação da burocracia para o genocídio

*Já tentei de tudo
Eles me querem morto
Mudei minha postura
Eles me querem morto
Num é questão de tempo*

³ Em diálogo com as discussões do transfeminismo negro, este projeto faz uso de termos como “corpas”, “cis-tema”, dentre outros, para evidenciar saberes e potências dissidentes de gênero e/ou afrodescendentes. Se afastando de visões totalizantes do mundo, o que Foucault colocaria como uma expressão de micropoder.

Eles me querem morto
Me querem morto
Me querem morto
Essa é a morte do esquecimento
Morte colonial
Com pressa, com dor, com sofrimento
Morte sem moldura, sem retrato, sem família
Morte sem poder se transmutar na travessia
Morte sem poder atravessar
Morte pra matar
Morte prevista nas estatísticas
[Mateus Fazenda Rock]

O processo civilizador amplamente estudado por Elias (1993) e apresentado enquanto uma série de mudanças nos comportamentos e sentimentos das pessoas em direção a “racionalização”, mas sem indicações históricas de que tenha se dado “racionalmente”, acontecendo desordenadamente e sem planejamento. Como um tecido formado por muitos planos e ações de pessoas interdependentes, que podiam ser coincidentes ou conflitantes. Essa reorganização se inicia no individual e na mudança dos seus costumes, determinada pelo processo de diferenciação social, e se difunde na sua rede de relacionamentos, até se tornar uma realidade social maior.

Existe uma relação entre esse traço individual, a monopolização da força física e a estruturação de instituições centralizadas na sociedade. Para além das formas de violência psicológica e física, existem tipos de violência econômica que se dá por meio da monopolização dos meios de produção e organização da divisão de funções. Essa sendo uma das primeiras forças motrizes do processo civilizador.

O processo civilizador passa pela competitividade entre os Estados, continuamente se provando por ações violentas e não-violentas de dominação. Dentro dele, o indivíduo se abstém do uso de força física, deixando a legitimidade do uso dela com o Estado. Há então, um autocontrole individual, o superego em ação, que restringe as emoções e paixões, saindo de um estado psicológico “primitivo” para um “civilizado”. A transferência dos conflitos externos (interpessoais) da sociedade guerreira para os internos (intrapessoais) da sociedade pacificada transporta a batalha para dentro do indivíduo, onde essas lutas internas podendo levá-lo a uma atrofia

permanente, transtornando as emoções do sujeito e tornando o desempenho das funções sociais até impossíveis. Como fuga, a representação de ações agora proibidas de serem acessadas através de simulacros da realidade em romances, pinturas, novelas, filmes, ou outras fabulações oníricas.

Para falarmos de civilização, podemos tratar de extermínio. Ao esmiuçar as lógicas por trás do Holocausto como exemplo, Bauman (1998) evidencia que não podemos tratá-lo como um problema sociológico único ou atípico, ainda que defenda que não possa ser equiparado a outras formas de extermínio menos articuladas e instrumentalizadas. Trazendo esse olhar da organização e burocratização do genocídio como formas de diferenciação para o que muitas vezes é tida como uma predisposição natural e primitiva humana, o autor explica gradativamente como a aplicação da ideologia começa no papel e desemboca nos campos de concentração e câmaras de gás.

O que se daria como algo naturalmente passível de acontecer com as formas desenvolvimentistas da sociedade moderna, mas que não são da regularidade do cotidiano. No entanto, todas as ferramentas psicossociais já estão disponíveis e/ou são até inatas na humanidade e civilização. Afinal, o genocídio pode não ser inventado ou intrínseco à modernidade civilizada, mas também não lhe é fenômeno desconhecido ou disfuncional, explanando que a modernidade pode não ser responsável pelo Holocausto, mas que ela falhou.

O sociólogo aponta alguns passos necessários para a instituição e também normalização do Holocausto, mas que podem ser estendidas a outros projetos genocidas. Para isso, é preciso haver um propósito genocida, o que diferencia o genocídio moderno é a forma que ele se dá enquanto planejamento e execução conscientes. Aqui, as pessoas são mortas não para conquista territorial ou até mesmo para fins de colonização, mas sim para serem exterminadas, já que são consideradas impuras e perigosas. Desta forma, não cabem no projeto de pureza racial, moralidade e beleza idealizado pelos genocidas que o governam.

Um dos passos é a divisão do trabalho de forma funcional, tornando o uso da violência mais eficiente, dispendioso e racional, isso não apenas acelera a execução dos critérios instrumentais, como também dissocia os participantes que estão operando pequenas porém não menos nocivas tarefas de uma possível avaliação moral dos fins. Tal rede não nasce completamente estruturada, mas vai gradualmente se tornando versões cada vez mais sistematizadas e impessoais. Saem das mortes por atiradores, onde ainda há uma conexão interpessoal, visual e possivelmente individualizada entre

assassino e vítima, e se encaminha para câmaras de gás fixas, na qual um botão externo é acionado de forma mecânica e desconexa do terror que se instaura para as várias vidas que estão dentro da câmara.

Outro ponto é a desumanização dos objetos da operação, humanos que se tornam burocracias. Assim, os genocidas se transformam em burocratas, lidando com cargas, medidas quantitativas e efeitos financeiros das suas ações, não mais as implicações morais delas. Novamente temos o entendimento que o desligamento entre determinado extermínio e a moralidade é fundamental para a fluência do projeto ali em prática. Sendo tornado e julgado a partir de critérios e metodologias práticas e racionalizadas conforme o melhor que o saber tecnológico tiver para oferecer, e até mesmo gerando novos dispositivos e tecnologias para os fins da violência coordenada preferindo sempre um bom custo-benefício, ou como colocado pelo autor, em defesa do lucrotropismo.

O passo seguinte é a mecanização da burocracia, que funciona como o veículo da operação, sendo inerentemente capaz da ação genocida, é a partir dela que se converte as tarefas mais complicadas em realizáveis. A burocracia necessita apenas de um projeto de ordem social, transformando-o em listas, fichas, arquivos e ações menos complexas para atingir seus fins. A desumanização dos objetos da operação burocrática acaba por conceder um apoio da população em geral, pois ao despersonalizar determinados indivíduos, quantificá-los e transformá-los em ameaça, se garante a permissão da sociedade que se torna espectadora imóvel dessas atrocidades. Esses momentos, desde o projeto até a execução, dão as legitimações necessárias para a ocorrência dessas tendências e trabalhos “sujos”.

Entendendo as possibilidades de aparelhamento do genocídio na sociedade moderna e *civilizada*, em especial dos grupos de pessoas em específico que viemos discutindo até aqui, podemos articular esse processo civilizador que reutiliza e redistribui o acesso à violência a partir das lentes de Das e Poole (2004), em especial, o papel do Estado nessa conjuntura. Partilhando do entendimento weberiano de estado enquanto organização política compulsória, que detêm o monopólio da legitimidade do uso da força física em suas operações contínuas dentro das suas delimitações territoriais e jurisdições, as autoras apontam a fina linha que define a legitimidade do uso da violência fundada no seu local de partida, se do Estado (o centro) ou de fora dele (as margens).

Fica evidente que, através do discurso que invoca imagens de selvageria e delinquência, a vida política preserva sua validade na aplicação da força física. As

margens aqui apontadas não se limitam às fisicalidades territoriais, mas se apresentam como locais de colonização por práticas legislatórias e estatais. Se utilizando da força e de uma pedagogia da conversão, os estados estão em busca de controlar e regulamentar populações, cerceando suas possibilidades de existência e forçando-as às outridades (KILOMBA, 2020), sujeitas à disciplina.

Bussberg (2021) coloca os centros urbanos como espaço rico da atuação de forças globalizadoras e políticas neoliberais, totalmente amparadas ao racismo, classismo e sentimentos anti-cuir⁴, carregando o legado colonial e carregadas pelas ideologias de “progresso” econômico ao redor do globo. Essa insistência pela “modernidade” implica em na obsessão pela brancura, o capitalismo e propagação forçada das culturas do norte global. Consequentemente, o uso da violência por aqueles que defendem o projeto “moderno” é constante contra as vidas que eles consideram contraditórios, em especial as negras, nativas e cuir. Violência esta que se apresenta desde de o mais íntimo da vida cotidiana aos espaços públicos, em especial contra mulheres trans, que experienciam o mais alto nível dessas violências.

Neste lugar, fica manifesta a importância das práticas escritas e burocratizantes que existem no estado moderno, com seus documentos, estatísticas e quantificações, se utilizando de uma assinatura do estado para conceder legitimidade aos seus procedimentos. Essa assinatura burocrática do estado (por vezes despersonalizada nas mãos do burocrata) perpetua as violências, reifica as margens e destitui de sujeição aqueles que ali vivem. Os papéis e documentos reivindicados pelo estado burocrático, seja na forma de identidades, passaportes, documentos judiciais, certidões de nascimento, boletins de ocorrência, entre outros, são demonstrativos da distância e intrusão do estado na vida cotidiana. As exigências arbitrárias por documentações e suas aplicações afetam os sujeitos de formas diferentes, ensinando-os a diferença entre associação e pertencimento à sociedade.

A margem é difusa e não uma fronteira. A relação entre centro e margens não é necessariamente interdependente e ambas as forças existem de forma dialética, numa constante negociação dos limites da legalidade e ilegalidade. As margens também são uma conexão entre corpos, lei e disciplina, em que o poder soberano é exercido sobre os corpos, além dos territórios, em uma gestão populacional constante. Pois é pela

⁴ Cuir enquanto prática e teoria de dissidência e desprendimento do gênero e da binaridade, possibilitando novas identidades. O termo é uma proposta apropriada pelas ciências sociais latino-americanas (principalmente, de língua espanhola) do termo *queer*, que toma pra si e cria novas epistemologias (LEAL, 2021).

produção de um corpo biopolítico que se origina a atividade dum poder soberano. Em vários momentos, as práticas de controle se utilizam dos discursos biologizantes/medicalizantes para as definições e classificações de “normalidade”.

Assim como Foucault (2010) elucida que o biopoder se dá por meio da constante e contínua produção de patologias, aqui a patologização fica visível como uma importante técnica de poder no exercer soberano. No entanto, a margem não é apenas um lugar onde o Estado opera, e produz suas próprias formas e estratégias de resistência, já que o poder ainda que constantemente reivindicado pelo estado, ele não detém sempre o seu monopólio, que transita entre o centro e as margens móveis. É preciso entender as margens enquanto espaços perpassados pelo estado, mas fora dum estado de completo controle, desta forma, locais de possíveis resistências.

Para a discussão sobre centros, Geertz (1983) defende os de ordem social para além da geografia. São espaços sociais nos quais ideias e instituições se unem em eventos que afetam essencialmente seus atores. No centro político de qualquer sociedade organizada há uma elite governadora, bem como um conjunto de traços simbólicos que declara reiteradamente sua governança. É mediante cortejos, formalidades, cerimônias, insígnias, coroações, e afins, que a elite fundamenta sua existência e status. Ainda mais ao centro desse poderio, costuma haver uma figura principal, podendo ser um imperador, rei, presidente, *führers* ou soberania que o valha, que se utiliza amplamente do que o autor coloca como carisma. Uma característica que, a depender da cultura, pode ser apresentada como nata ou conquistada, que precisa ser cultivada ou que nunca se esvai, uma “eletricidade espiritual” concedida por deus ou uma conquista no campo interpessoal. Independente dessas diferenças, o carisma é utilizado por soberano por sua capacidade de dominação.

O antropólogo nos descreve densamente o exemplo de três contextos culturais e temporais heterogêneos, mostrando as relações sócio-históricas com figuras carismáticas em Java hindu no século XIV, na Inglaterra protestante no século XVI, e no Marrocos islâmico no século XIX. Ao retratar cerimônias e procissões, fica perceptível como as elites, soberanos, autoridades políticas e suas reivindicações se utilizam de características performativas e carismáticas através da história até hoje, a exemplo de uma missa celebrada em latim, uma troca de faixa presidencial, uma entrega de condecorações e medalhas, e até mesmo uma motociata a favor de um presidente genocida com a participação do mesmo louvado enquanto messias.

Ainda sobre soberania, seu exercício da soberania pode ser entendido como a prática do controle sobre a mortalidade, construindo a vida como revelação de poder. Assim define Achille Mbembe (2019), quando ao conversar com o conceito foucaultiano de biopoder busca entender a política (um projeto de autonomia e acordo coletivo reconhecido) e seu trabalho da morte. Tratando a guerra como meio de exercer o direito de matar, comumente utilizado pelo estado, ele questiona o espaço da vida, da morte e do corpo no projeto de modernidade. Para o filósofo, se a política é o trabalho da morte, a soberania é o direito de matar, depositária do biopoder, ela distingue os corpos que devem viver dos corpos matáveis. Pressupõe-se uma divisão da espécie humana em grupos e subgrupos geralmente amparados em determinismos limitados e limitantes do discurso biológico, desembocando no racismo enquanto tecnologia reguladora da distribuição da morte, que valida as aplicabilidades assassinas do Estado.

Pressupõe-se uma divisão da espécie humana em grupos e subgrupos geralmente amparados em determinismos limitados e limitantes do discurso biológico, desembocando no racismo enquanto tecnologia reguladora da distribuição da morte, que valida as aplicabilidades assassinas do Estado. Assim, os corpos matáveis são produzidos no contexto social. Concordando a colocação da relação entre morte, soberania e sexualidade, é mostrado que esta última categoria tem associação com a violência e o esfacelamento dos limites do corpo a partir dos seus impulsos. A materialidade do extermínio perpassa o imperialismo colonial e outros mecanismos técnicos que conduzem pessoas à morte, o que ocorre na racionalidade administrativa e burocrática do mundo ocidental moderno. O aperfeiçoamento das tecnologias de assassinato serve para “civilizar” as formas de matar, bem como acelerar a produção do número de mortos em menor tempo.

Em relação com biopoder e a soberania dada a partir do controle da biopolítica e tanatopolítica, Mbembe estabelece a noção de necropoder para apontar as diferentes maneiras usadas pela modernidade para afirmar a única existência permitida de alguns corpos e criar formas de vidas a serem exterminadas. É sobre a aplicação da violência e suas tecnologias, a exemplo da ocupação colonial que demarcava espaço sobre territórios e corpos para fins de controle, extraindo o máximo de recursos possíveis e legislando direitos diferentes para diferentes categorias de pessoas. O mundo colonizado é um “mundo sem espaço”. Se utilizam da reivindicação de soberania (por vezes, enquanto direito divino) para conferir legitimidade aos seus atos mais inescrupulosos,

concebendo uma identidade nacional forjado em adoração a uma divindade, e objeção às outras.

Apesar do peso que é estar na mira desses propostas de extermínio, Jota Mombaça (2021) insiste obstinadamente na sobrevivência.

Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui. Com nossos mortos amontoados, clamando por justiça, em becos infinitos, por todos os lugares. Nós estamos aqui e elas estão conosco, ouvindo esta conversa e nutrindo o apocalipse do mundo de quem nos mata.

Já não temos tempo, mas sabemos bem que o tempo não anda só para frente.
(MOMBAÇA, 2021, p. 8 e 9)

Há uma formação específica do terror nisso tudo, com o uso brutal da força, do controle e da vigilância, fragmentando identidades e territórios. A resistência é gerada como reação a aplicação de força, e ações de resistência podem ser próximas ao sacrifício. Neste sentido, Mbembe sugere que diante do necropoder, limites entre as questões de resistência, suicídio, redenção, martírio, liberdade são fragmentados.

2.3 Da carcaça trans racializada⁵ que vos escreve

Não! há caminho (?)⁶

Falo daqui da sarjeta. Da margem em que fui criada. Sentindo as labaredas do fogo da inquisição pós-moderna. Tão moderna quanto a colonialidade. Pós[terior] a quê, se nada mudou? São apenas fotografias recentes em tom sépia que rememoram o passado pálido y sombrio. Eles tão ultrapassados y vazios, esvaziaram o mundo de tudo que o encantava. Transformaram o universal em individual y continuam a nos individualizar oferecendo nada de novo além de coisas brilhantes y armas de fogo.

Os quatro fuzis apontados na minha cara y peitos não negam suas origens imperialistas. São norte-americanos, estadunidenses... de nacionalidade disputada, até mais viajados que eu ou você. Valiosos eles são, em moeda real investem mais de um milhão. Cada carregamento, nem saberia dizer quantos são. Convênios entre a Polícia

⁵ LEAL, 2020.

⁶ Texto de minha autoria escrito em fevereiro de 2022, após ter sofrido abordagem violenta, racista e transfóbica da PM RAIO em Fortaleza, Ceará, minha cidade natal. A partilha deste texto também se faz por inspiração de zwanga nyack (2021).

Militar, o Tesouro Estadual y o Banco Central. Todos articulados na necropolítica. Mas eles não chamam assim, já que adoram nomear coisas pelo que não são. São suas “medidas de segurança pública”. A medida é se afastar de preto y pobre, acho que têm medo que alembremos y cortemos suas cabeças. Nunca nem esquecemos.

Quando dou por mim, já me fizeram parar o carro no meio da rua y a música já não canta mais. Fui brecada. Em passos trêmulos, encosto na parede tentando firmar as pernas como faço antes de dançar. Mas isso aqui não é dança que se dance. Mesmo sem aceitar, sou tirada pra bailar a nefasta dança da morte. A vontade é de correr, mas olho pra esquerda y vejo de soslaio o chão sujo y quente poucos metros de distância onde vão engatar seus brinquedos y me alvejar.

Alvejar: mirar; atingir; embranquecer; clarear.

Querem me derrubar, me tornar branca.

Não quero desaparecer.

Um fuzil de *fogo seletivo* é aquele que tem a capacidade de ser programado para disparar em modo semiautomático, rajada ou disparo totalmente automático. Mas a seleção principal é a de corpos que vai baleiar, vidas que vai ceifar y favelas que vai derrubar.

“Não vamos medir esforços. Os equipamentos não vão falhar!” — garantem.

Disseram-me que por eu ser uma travesti preta favelada não tinha agência de mim, muito menos agência sociopolítica, que simplesmente não é pra gente como eu.

Gente não, *monstro.aberração.bixa!*

Não sou sócia, pois não sou membro da sociedade. Fui desassociada.

Não sou política, pois acham que não tenho direção. Fui desgovernada.

Ah, y como é desgostosa essa amargura colonial.

Aqui falo da sarjeta, mas já estou morta. É mais uma de mim que tá na aflição.

Sou uma de tantas outras. Tenho que me lembrar que não dou nenhuma passada sozinha. É um procedimento pra não esquecer*.

Não esquecer o caminho.

Não esquecer a história.

Não esquecer de mim.

Não esquecer daqui.

Não esquecer delas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A sujeira que deixaro os português
Não se limpa com água não
Humanidade ingrata
Chupa, engole e mata
Morre os bicho, as planta, os pobre, os burguês
Só vai sobrar barata
E no final das conta é uns dois ou três
Que entra numa nave e vaza
[Mateus Fazenda Rock]*

As narrativas são manufaturadas, adaptadas e recriadas, dando pouco ou nenhum espaço para dissidências; entregam um pouco de representatividade, porém sem esforço real para evitar às agressões de caráter subjetivo e institucional presentes no dia a dia de grupos marginalizados nas bases dessas pirâmides sociais. Os laços criados pelo privilégio e perpetuação do *status quo* são de extrema força e poderio, além do imenso poder que vem da habilidade de contar e censurar, as narrativas são decantadas dentro do nosso imaginário popular e cultura. A educação ocupa um papel relevante para essa transfusão, e vem continuamente sendo utilizada como uma das estratégias colonialistas de invasão e dominação social através dos séculos. A biologia e medicina ao fazer a nomeação e classificação da natureza criam seus próprios métodos e réguas para medir e determinar o que é natural ou estranho, normal ou anormal, benigno ou nefasto, sublime ou abominável. Por muitas vezes atrelando reações culturais à essas definições binárias de “pureza” e “perigo”, que se fazem da moral do dominante, logo, da elite multibilionária branca cis-hetera-masculina.

Na realidade, a diversidade é muito mais orgânica e natural do que se divulga, ainda que defendida por cientistas de diferentes áreas de conhecimento. A diversidade é responsável por aumentar a probabilidade de sobrevivência e desenvolvimento das espécies. Logo, operar apenas binarismos matemáticos para tentar compreender esses dados se torna limitado e limitante. Corpos não-binários, são classificadas como abjetas e submetidas aos desafios incapacitantes dos modos hegemônicos. Dissidentes do sistema heteronormativo praticam o devir-cuir e outras fabulações de subjetividade. Tais divergências ao dimorfismo sexual são mais antigas e infinitamente múltiplas em

oposição ao cis-tema que as regula com opressão, sendo observada em diferentes espécies além da humana.

O Estado para se manter soberano se formula em governos bio e tanatopolítico, e governa inclusive por sua ausência, podendo até estar incógnito, mas não apartado. Por exemplo, se pensamos na favela, podemos até pensar que aparentemente não tem a intervenção da mão do Estado, mas ela está altamente presente, governando pela ausência. A própria ação de “favelizar” determinadas pessoas e espaços dos centros urbanos, ou mesmo invadir as comunidades com a política de morte, são táticas de governo e propagação do Estado, que não está lidando com indivíduos isolados, mas com comunidades. Suas condições materiais são o que permitem determinadas formas de comunidade serem criadas e recriadas. A habilidade dessas comunidades de [sobre]viver nesses espaços propensos a violência e descaso, de se manter e proteger seus lares, dependem de amplas negociações com agentes violentos do estado (como a polícia) para se afirmar enquanto sujeitas sociais e defender espaços territoriais.

Com o caminhar do *upload* da consciência humana para as máquinas e outras ideações transhumanistas, não apenas trocamos vitrines presenciais pelas *online*, como também seguimos a transferir várias de nossas narrativas políticas e preconceitos. Ainda que se fale em problemáticas sociais como um problema coletivo, se faz importante denotar que tais rupturas no tecido social são desproporcionalmente causadas por aqueles que detêm poder, *status* e capital para tal. Assim se formam vários *clusters* de elites financeiras globais de caras pálidas e corpos cis-heterossexuais, que controlam extensos esquemas de manipulação cultural; fazem intenso *lobbying* para alinhar as políticas mundiais com ideais fascistas e mantêm práticas coloniais de dominação ao redor do globo. Numa relação consideravelmente recente, se visualiza a possibilidade de dominação interplanetária com a corrida espacial entre bilionários. Se antes a corrida espacial era para demonstrar poderio de uma nação, hoje é pra mostrar a de um indivíduo capitalista. No entanto, o processo não se afasta de ser sobre política, poder, dinheiro e colonização.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Zahar, 1998.

BUSSBERG, Cooper J. **Una deconstrucción espacial**: Movimiento Maricas Bolivia y la resistencia Indígena cuir. 2021.

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- COUTO, Edvaldo Souza. **Transexualidade**: O corpo em mutação. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. **Anthropology in the Margins of the State**, v. 30, n. 1, p. 3-33, 2004.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador 2**: formação do Estado e civilização. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.
- FRANTZ, Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GEERTZ, Clifford. **Local knowledge**: Further essays in interpretive anthropology. Basic books, 1983.
- GUATTARI, Félix. **O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular**. In: ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- hooks, bell. **Yearning**: Race, gender, and cultural politics, 1990.
- _____, bell. **Feminism is for everybody**: passionate politics. Pluto Press, 2000.
- _____, bell. **Black looks**: race and representation. New York: Routledge, 2015.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.
- LANZ, Leticia. **O Corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero, 2014.
- LAURETIS, de Teresa. **A tecnologia de gênero**. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.
- LEAL, abigail Campos. **a carcaça trans racializada y a vida**. Instituto Temporário de Pesquisa sobre Censura – Casa 1, 2020.
- _____, abigail Campos. **Ex/Orbitâncias**: Os Caminhos da Deserção de Gênero. Glac Editora, 2021.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 37-45, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.
- MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Editora Cobogó, 2021.
- MOTA, Maria Dolores de Brito. Gênero e sexo: enredos do corpo e da cultura. **I Congresso Estadual de Ciências Sociais da Bahia**, Salvador, 1995.

nyack, zwanga. Esboços de racialização: O cânone na antropologia (social) feita no Brasil e construção de sua historiografia intelectual. **Novos Debates**, v. 7, n. 2, 2021.

PEREZ, Caroline Criado. **Invisible women**: Exposing data bias in a world designed for men. Random House, 2019.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 11-20, 2011.

_____, Paul B. **Testo junkie**: Sex, drugs, and biopolitics in the pharmacopornographic era. The Feminist Press at CUNY, 2013.

_____, Paul B. **Countersexual manifesto**. Columbia University Press, 2019.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

STOLLER, Robert Jesse. **Sex and gender**: The development of masculinity and femininity. London: Karnac Books, 1994.